

**MULHERES: UM
MARÇO PARA
TODAS ELAS**

Página 8

• Rio de Janeiro

• Ano I • Número 1 • Abril de 2018

JORNAL

**Pezão sucateia
Abrigo Cristo
Redentor**

Pezão veta emenda que destina 5% do orçamento para a assistência Social e quer aplicar apenas 0.35% - Página 6

SINDICATO É PRA LUTAR!

Desde sua fundação, no ano passado, o SINDISEP/RJ esteve presente nas principais lutas populares, sempre na busca da unidade em defesa dos interesses dos trabalhadores. Participou da fundação da Frente Rio Contra a Reforma da Previdência, um amplo movimento que reunia trabalhadores da esfera pública e privada. Participa do Movimento Rio Contra a Reforma da Previdência, que engloba majoritariamente sindicatos do serviço público federal e que se reúne na sede do Sinal, sindicato que representa os trabalhadores do Banco Central.

Com o slogan, “se votar, não volta”, o SINDISEP/RJ trabalhou em conjunto com diversos sindicatos, movimentos e centrais (Sinal, Sindjuíça, Sinaít, Sindisprev, Sinsejufe, FIST, CUT, CTB etc), na construção de uma série de atos públicos no embarque de passageiros do Aeroporto Santos Dumont, com o objetivo de pressionar

parlamentares a votarem contra a reforma da previdência de Temer. Outra importante atividade construída coletivamente foi o ato na apuração das escolas de Samba do grupo especial do carnaval carioca, no qual dezenas de militantes e sindicalistas, lotaram a arquibancada do Sambódromo para denunciar o governo Temer.

A pressão dos sindicatos e movimentos sociais, cada um colaborando na medida de suas possibilidades, surtiu efeito e o governo Temer se viu sem base e na iminência de uma derrota no congresso nacional, sendo certo que a derrota do Projeto que visa a reforma da previdência estava na iminência de enterrar o governo Temer em conjunto com seu projeto de poder.



A saída que o MDB e Temer encontraram foi a intervenção militar no Rio de Janeiro, que inviabilizaria a realização da reforma da previdência para este ano.

Mas não nos iludamos, a derrota de Temer e seus aliados na Reforma da Previdência, foi fruto uma vitória dos trabalhadores e devemos ter

clareza disso. Foi a prova de nossa força e capacidade de mobilização. O governo, porém, se utiliza da intervenção como uma desculpa para suspender a tramitação da reforma e ocultar o fracasso em acabar com a previdência social pública e entregar esses recursos aos bancos e especuladores do mercado financeiro.

**POR QUE, QUAL A
PROPOSTA E COMO
FUNCIONA O SINDISEP**

Página 2

**CAUSAS E MALES DA
INTERVENÇÃO MILITAR
NO RIO DE JANEIRO**

Página 3

**TRABALHADORES DO
MUSEU DO ÍNDIO
PRESENTES NA LUTA**

Página 4

**GOVERNO USA INPI
PARA DESMANTELAR
DEFESA NACIONAL**

Página 5



Sindicato Intermunicipal dos Servidores
Públicos no Estado do Rio de Janeiro

Rua das Marrecas, 39- sala 502- Centro- RJ
CEP: 20031-120 - Tel: 985560262
E-mail: Sindisep.RJ@gmail.com

DIRETORIA EXECUTIVA:

Secretaria Administrativa:

Raul Bittencourt Pedreira - INPI
Edna Rosa da Silva - DATASUS

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais:

Eduardo de Oliveira Lima – Arquivo Nacional
Alexander N. de Albuquerque – Museu do Índio

S. de Formação Sindical, Educação e Cultura:

Joaquim Adério Correia de Moura - INPI
Wellington Marcelo Silva da Cruz - INPI

Secretaria de Finanças:

Vicente Oliveira do Carmo – IBRAM/Cultura
Rodrigo Araujo de Mello - UFRJ

Secretaria de Comunicação Sindical:

Victor Marcos Madeira Costa - Arquivo Nacional
Maristella Teixeira de Salles - XXXXXX

Secretaria da Mulher Trabalhadora:

Mercia Correia Freire - IBRAM/Cultura
Elisa Furtado Madi - XXXXXXXX

Secretaria de Combate à Desigualdade Racial:

Edson Ferreira Suisso - INPI
Henrique Florêncio de Jesus filho - IBRAM/Cultura

Secretaria de Políticas Sociais, Esporte e Lazer:

Jorge Felipe de Lemos Magalhães – Funarte/Cultura
Maria Antonia Santos - DATASUS

Secretaria de Assuntos Jurídicos:

Antônio Carlos de Castilho Abreu - Abrigo/INSS
Jorge Luis Bastos Casado Lima - DATASUS

S. de Aposentados, Aposentadas e Pensionistas:

Ivanil da Silva Germano – IPHAN/Cultura
Paulo Sérgio da Silva Christovão – Abrigo Cristo Re-
dentor/INSS

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA:

Francisco Antônio de Oliveira Borges FBN/Cultura
Pedro Ulysses Lopes da Penha, Brasileiro – IBRAM/
Cultura
Antonio de Paula Roldão - Abrigo/INSS
Marcelo Ricardo Alves da costa Tredinnick - INPI

CONSELHO FISCAL:

Elena Guimarães XXXXX
André Pimentel Correia de Sá – DATASUS
Arcelino Guimarães Nascimento - Abrigo/INSS

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:

Mônica Sarmento Schumacher - DATASUS
Marcos da Fonseca Lima - INPI
Robson Luiz Santana Vieira - DATASUS

REDAÇÃO

Edição: Victor Madeira

Fotografia: Arquivo

Diagramação e Editoração Eletrônica:
Luiz Carlos Coutinho

Por que o SINDISEP?

Os servidores públicos federais de oito municípios do Rio de Janeiro já têm um novo sindicato para organizar suas lutas em defesa de seus interesses e direitos, tão desrespeitados pelos governos capitalistas. Principalmente, nesse momento que o governo golpista de Michel Temer, além de cortar drasticamente os orçamentos dos órgãos públicos e congelar investimentos e aumento salarial por 20 anos (EC 95/16), insiste em aprovar a Reforma da Previdência destruindo a previdência pública e entregando esse mercado para as empresas de previdência privada.

O SINDISEP nasceu da coragem e a disposição de luta de companheiros(as) que militavam no Sintrasef (alguns fundadores) e compuseram a vitoriosa chapa 2 nas eleições sindicais de 2016, e que não se conformaram com o resultado da judiciação

do pleito que garante a permanência daqueles que destruíram o Sintrasef e continuam se locupletando em detrimento das lutas dos servidores. Diante do pouquinho da justiça esses militantes de vários setores da administração pública federal decidiram fundar o SINDISEP/RJ.

O SINDISEP/RJ nasce resgatando as origens do sindicalismo classista, independente e autônomo. Um sindicalismo que tenha uma profunda inserção nos diversos setores da administração pública federal, que garanta a democracia operária como método, e que além de encaminhar as lutas econômicas e de melhorias nas condições de trabalho de suas bases, também tenha como objetivo programático a discussão da superação pela classe trabalhadora do sistema político, econômico e social que é a base da opressão classista em nosso país e no mundo. Ou seja,

um sindicato que colabore com a luta de libertação da classe trabalhadora, na construção de uma sociedade organizada e dirigida pelos trabalhadores(as).

Nesses poucos meses de vida, o SINDISEP/RJ já é reconhecido pelos lutadores populares como um sindicato de luta. Estivemos em todas as mobilizações que derrotaram a intenção dos golpistas de aprovarem a Reforma Previdenciária antes das eleições 2018. Nas manifestações de rua e nos aeroportos a bandeira do SINDISEP/Rj esteve sempre presente. Ajudamos a construir o Fórum de Luta contra a Reforma da Previdência, e, principalmente já realizamos várias assembleias em nossas bases, debatendo as lutas de cada setor e filiando os companheiros(as) para ingressarem nesse novo sindicato como instrumento de luta classista dos servidores federais do Rio de Janeiro.

5 Pontos sobre o funcionamento do Sindisep

O SINDISEP, Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro, nasceu no final de 2017 como uma resposta de setores insatisfeitos com o immobilismo do movimento sindical, a falta de ação política e o desrespeito a princípios democráticos, cenário no qual alguns setores demonstravam mais preocupação com o fim do imposto sindical do que o combate às (contra)reformas do governo Temer.

1. Base Territorial: Para se filiar ao SINDISEP/RJ, o servidor público ou o pensionista deste deverá estar sediado nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Cabo Frio, Petrópolis e Teresópolis.

2. Centrais Sindicais: O SINDISEP/RJ não é filiado a nenhuma central sindical apesar de manter diálogo com as principais centrais, buscando sempre a construção de movimentos coletivos em defesa dos interesses dos servidores. A eventual decisão sobre participação em uma central ou federação sindical deverá ser objeto de amplo e democrático debate interno, preferencialmente em Congresso interno.

3. Estrutura Organizacional:

I. Congresso;

II. Assembleia Geral;

III. Conselho de Delegados e Delegadas Sindicais;

IV. Diretoria Executiva;

V. Assembleia por Local de Trabalho;

VI. Comissão Sindical de Base;

VII. Conselho Fiscal.

4. Diretoria Executiva: A Diretoria é colegiada e não possui hierarquia. Não há um presidente, sendo organizada de acordo com tipos de atividades a serem executadas em secretarias, a saber:

I. Secretaria de Administração;

II. Secretaria de Organização e Políticas Sindicais;

III. VIII. Secretaria de Políticas Sociais, Esporte e Lazer;

IX. Secretaria de Assuntos Jurídicos;
Secretaria de Formação Sindical, Educação e Cultura;

IV. Secretaria de Finanças;

V. Secretaria de Comunicação Sindical;

VI. Secretaria da Mulher Trabalhadora;

VII. Secretaria de Combate à Desigualdade Racial;

X. Secretaria de Aposentados, Aposentadas e Pensionistas.

5. Organização por Local de Trabalho: O SINDISEP/RJ estrutura-se a partir de organizações

por local de trabalho, designadas de Comissões Sindicais de Base, constituídas por delegados e delegadas sindicais, com seus respectivos suplentes, que gozam dos mesmos direitos e garantias das diretorias sindicais, obedecendo aos seguintes limites máximos, de acordo com o número de trabalhadores e trabalhadoras na base.

As Comissões Sindicais de Base tem o dever de realizar assembleias de base para assuntos relativos ao seu local de trabalho específico, ampliando e fortalecendo a democracia sindical. O conjunto de comissões sindicais de base forma o Conselho de Delegados de Base, órgão sindical que é hierarquicamente superior a Diretoria, exprimindo diretamente a vontade das assembleias realizadas nos diversos locais de trabalho.

Base	Delegados
Até 50	01
51 a 150	02
151 a 300	03
301 a 500	04
501 a 1000	05
1001 a 2000	06
Acima de 2000	07

Estatuto do Sindisep

Intervenção militar no RJ para quem?

A Intervenção Militar decretada pelo governo ilegítimo de Michel Temer cumpre uma série de objetivos políticos e ideológicos voltados aos interesses das organizações que estão governando o Brasil. A intervenção não é uma resposta a violência e insegurança pública no Rio de Janeiro, mas sim ao fracasso da tramitação da Reforma da Previdência e ao papel desempenhado pelos movimentos sociais/sindicais e populares, nessa derrota sofrida por Temer.

Ela, também, representa uma tábua de salvação de um governo atolado num mar de lama de corrupção, que destrói serviços públicos, congela salários e mantém 26,4 trabalhadores no desemprego. Rejeitado por quase todo o povo brasileiro e incapaz de aprovar as medidas antipopulares no Congresso Nacional, o golpista Temer se agarrou ao Exército para garantir sua permanência na Presidência da República. Além disso, Temer ter recorrido à intervenção militar no Rio de Janeiro é uma ação de propaganda, que se presta a reduzir o desgaste do PMDB, escamoteando os graves problemas políticos e denúncias criminais que seu partido e aliados enfrentam.

FORÇAS ARMADAS NÃO RESOLVERÃO

A intervenção militar na Favela da Maré custou, aproximadamente, R\$ 1.600.000,00 por dia ao longo de 10 meses. Com esse dinheiro poderiam ter sido construídas escolas, postos de saúde, casas populares, feito saneamento básico e arruamento etc, ou seja, atuado efetivamente na melhoria da qualidade de vida da população, mas não é essa a prioridade do governo.

As Forças Armadas nunca foram capazes de resolver o problema da insegurança pública no Rio de



Janeiro, mesmo tendo sido acionada inúmeras vezes desde 1988 (invasão desastrosa na Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, para coibir a greve justa dos operários que lutavam por melhores salários). O único resultado destas ações foram fotos e manchetes de jornal, dando uma resposta política (porém inefetiva) à sociedade, pois são pequenas apreensões de drogas e armas que não afetam a estrutura do crime organizado.

O que fazer e como resistir

O SINDISEP/RJ acredita que apenas a unidade dos setores progressistas será capaz de barrar o avanço liberal/conservador e garantir a manutenção dos direitos dos trabalhadores, bem como a própria sobrevivência do serviço público, em especial a luz das ameaças que Temer e seus aliados (PP, MDB, PSDB, PSL, DEM, etc).

Após nossa vitória na reforma da previdência, o governo ensaia novos ataques, como a proposta que visa a demissão de servidores estáveis por “insuficiência” de desempenho, o que potencialmente será usado politicamente para pressionar e perseguir servidores que discordem das políticas governamentais. Junta-se a isso uma proposta de Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Assim, ainda que possa haver um alívio temporário da criminalidade nos bairros da classe média e alta, a intervenção não é uma solução. O combate ao tráfico e ao crime organizado tem que começar em seus fundamentos, os quais não estão nas favelas e bairros populares. Como qualquer atividade econômica que segue a lógica do capitalismo, o tráfico demanda de mercadorias e ferramentas de trabalho, que consistem em drogas

de acabar com o Regime Jurídico Único da união, para permitir a “livre” contratação sem concurso. Outra ideia do governo golpista e seus aliados é “regulamentar” o direito de greve do servidor, não para assegurá-lo, mas sim para impedir sua utilização por nós trabalhadores.

Mas como resistir? O caminho é simples, mas trabalhoso. Precisamos organizar o SINDISEP na base, fortalecer os sindicatos classistas e construir amplas unidades contra o avanço do conservadorismo político-social e de seu irmão siamês, o liberalismo econômico privatista.

Apenas a luta trará a vitória, lutemos então!

e armas, as quais entram com facilidade pelas fronteiras, seja por terra, ar ou água, valendo-se de aviões, helicópteros e fazendas de deputados e senadores.

É sabido que setores da elite brasileira financiam o tráfico e o contrabando, de forma que capturam para si grande parte do lucro das atividades criminosas que é, em sua síntese, uma atividade análoga à empresarial, obedecendo à lógica de mercado capitalista. São esses setores da sociedade que devem ser combatidos sem trégua. Assim, se no morro está quem desenvolve o varejo, nos bairros nobres estão aqueles que controlam o atacado.

O Sindisep acredita que a solução para o problema da violência passa por investimentos em serviços públicos de qualidade, gratuito e para todos. O país necessita de moradias dignas para o povo, educação em tempo integral para a juventude, trabalho e salários dignos para o povo. Repudiamos a ação criminosa das forças de repressão que invadem os bairros de periferia, as favelas, agredindo e assassinando crianças, jovens e trabalhadores, que residem nessas comunidades.

Servidores do Museu do Índio elegem a 1ª Comissão por Local de Trabalho

O Museu do Índio, da Fundação Nacional do Índio - Funai, segundo expresso na sua missão institucional, “tem como objetivo contribuir para uma maior conscientização sobre a contemporaneidade e a importância das culturas indígenas. Como instituição de preservação e promoção do patrimônio cultural indígena, empenha-se em divulgar a diversidade existente e histórica entre centenas de grupos indígenas brasileiros”.

Para executar essa importante tarefa de efetivação das garantias de direitos constitucionais das populações indígenas brasileiras, contamos com um corpo de servidores de qualificação diferenciada e comprometida política e funcionalmente.



Esse comprometimento se expressa também nas atividades extra institucionais com intervenção direta na sociedade através das lutas cotidianas pelos direitos gerais e específicos das populações atendidas e dos servidores no Rio de Janeiro. Em todas as assembleias sindicais e populares

marcamos nossa presença. Quando as direções fraquejam, nós cobramos publicamente posturas firmes e classistas. Assim foi quando o sindicato de servidores federais no RJ deixou de nos representar e optamos pela criação do SINDISEP/RJ, por entendermos que o Sindicato foi feito para

estar à frente das lutas por nossos direitos mais elementares.

Assim também convocamos assembleias dentro do Museu do Índio para escolhermos nossos representantes tanto na diretoria do SINDISEP/RJ quanto na Comissão por Local de Trabalho. Temos o orgulho de sermos a primeira Comissão eleita para acompanhar as atividades do Sindicato. No dia 07 de março de 2018 (véspera do Dia Internacional das Mulheres), em vibrante assembleia, elegemos Paulo Laurentino e Renata C. Valente para nos representar e somarmos forças com todos os lutadores que acreditam que só teremos vitórias frente ao pior governo que o Brasil já teve se nos mantivermos firmes na luta.

Assembléia no DATASUS/MS-RJ

No dia 21 de março de 2018 foi realizada uma assembleia dos servidores do DATASUS-RJ/MS, localizado na Rua México, 128 no auditório do 11 andar. Contou com as presenças dos seguintes diretores: Edna Rosa da Silva, Maria Antonia Santos, Monica Sarmiento Schumacher, que compuseram a mesa e mais os diretores Jorge Bastos Casado Lima, André Pimentel e Maristella Salles todos do Datasus contou também com a presença de diretores de outros órgãos, pelo INPI Raul Bittencourt e pelo Museu do Índio Alexander Noronha de Albuquerque.

Dentre os assuntos discutidos foi citado a participação do SINDISEP-RJ no Movimento Rio Contra a Reforma da Previdência e a Frente Rio contra a Reforma, atuando em todas as manifestações como a presença nos aeroportos, além de participar de diversas reuniões com alguns parlamentares do Rio pra discutir esse tema e outros como a extinção de



várias carreiras no serviço público.

Sobre a conjuntura foi discutido essa ideia do Deputado Rodrigo Maia de acabar com o RJU assim como a postura do governo em acabar com o serviço público e com o servidor público, que deixariam sem qualquer atendimento a população já tão carente de Saúde, Educação e Segurança.

Foi apresentado o Escritório que irá representar os filiados do sindicato, o Baully Matos e Mello representado pela Advogada Dra. Juliana, que deu informes sobre as ações promovidas

pelo escritório que além de ações na área administrativa e funcional dos servidores atuará também na área cível.

Sobre processos disse que está sendo providenciado o processo contra o último aumento abusivo da GEAP de 19,94%.

Além do processo contra a extinção da Diferença de Remuneração dos servidores do DATASUS, considerada erradamente pelo MPOG como uma VPNI qualquer. Acontece que essa Diferença está amparada pela Lei 11.538/2007 que prevê expressamente que os valo-

res da rubrica Diferença de Vencimento, seriam pagos como Diferença de Remuneração, sem nenhum tipo de previsão de absorção e portanto não pode ser alterada em seus valores, diminuindo cada vez que o servidor tenha qualquer tipo de aumento, como aconteceu com os aposentados no aumento dos pontos de sua gratificação promovida pelo governo, e no caso dos que pediram o abono de permanência, onde o MPOG tirou verba da Diferença de remuneração e colocou nessas rubricas, diminuindo essa Diferença de Remuneração e com isso os servidores não obtiveram o aumento esperado em seus proventos.

Foi aprovado pela assembleia que o sindicato vai tentar reativar a discussão sobre a carreira do SUS; Fazer os processos da GEAP (aumento de 19,94%) e o da Extinção da Diferença de Remuneração do DATASUS e convocar uma próxima assembleia para eleger os representantes Coordenadores de Base.

Governo Temer sabota mecanismos de defesa do interesse nacional no INPI

O governo Temer tem desferido uma série de ataques contra os serviços prestados pelo INPI à população e, com isso, sabotado qualquer mecanismo de defesa do interesse nacional. Efetivaram o desmantelamento da área de Contratos de Transferência de Tecnologia sob a alegação de desburocratização, mas que na prática só serve para que multinacionais ampliem o envio de lucros ao exterior, mascarado de pagamento de royalties. Quer assinar o “Protocolo de Madrid” para o registro internacional de Marcas, reduzindo a autonomia da área técnica, declinando da soberania nacional e conferindo um tratamento privilegiado a estrangeiros, em detrimento de depositantes nacionais.

A nova “ideia” do governo Temer e da presidência do INPI é o “exame sumário de patentes”, o qual, na



prática, é um deferimento sumário de pedidos de patentes. O governo federal, com o argumento de “acabar com o atraso” baixaria um decreto, pelo qual milhares de patentes estrangeiras serão concedidas e tendo três resultados práticos: [1] o aumento de envio de royalties para

o exterior em contratos de transferência de tecnologia, [2] dificultar a adoção de novas tecnologias que de outra forma cairiam no domínio público no Brasil e [3] criar um caos jurídico no qual as multinacionais, assessoradas por grandes escritórios, imporão sua vontade contra peque-

nas e médias empresas nacionais.

Os ataques ao INPI são um pequeno exemplo do projeto de desmonte do estado brasileiro e de ataques ao serviço público perpetrado pelo governo ilegítimo de Michel Temer, com o apoio do PMDB, DEM, PP, PSDB entre outros, a serviço do grande capital.

A insegurança salarial dos servidores do Arquivo Nacional

A remuneração dos servidores do Arquivo Nacional é composta, basicamente, por gratificações que não são incorporadas na aposentadoria.

Essa situação leva os servidores a conviverem com uma eterna insegurança remuneratória, pois as gratificações são discricionárias, ou seja, dependem da vontade, quase que exclusiva do governo para serem pagas. Não são salários, efetivamente.

No último dia 20, a direção do Arquivo Nacional publicou uma portaria relacionada a Gsiste, uma gratificação que representa quase 40% do salário dos servidores do órgão. Essa portaria, resumindo, não garante o pagamento da gratificação



para todos os funcionários lotados no Arquivo Nacional.

A Associação dos Servidores (Assan), com o apoio do Sindsep, pediu

uma reunião com a direção-geral do órgão para discutir o conteúdo da portaria. Houve, a princípio, uma certa resistência por parte da direção,

que não respondia aos pedidos de reunião feitos pela associação. Depois de muita luta a direção do Arquivo Nacional recebeu a Associação e prometeu retificar a portaria que havia sido publicada errada.

No último dia 27 uma nova portaria foi publicada com as devidas retificações. O Sindsep parabeniza a Assan e todos servidores por essa grande vitória.

Nossa luta agora deve se focar na implementação da Mesa Paritária que irá discutir a incorporação de todas as gratificações recebidas pelos servidores de modo a acabar com essa terrível insegurança que é o quadro remuneratório no Arquivo Nacional.

Filie-se ao SINDISEP/RJ!!

Luta em defesa do Abrigo do Cristo Redentor na ALERJ

O SINDISEP/RJ tem sido presença constante na ALERJ nas audiências públicas e nas votações, representado pelos diretores Antônio Carlos (Carlinhos), Paulo São Christóvão e Antônio Roldão em defesa do Abrigo do Cristo Redentor do governo Federal sob a administração do Estado, que se encontra em estado de abandono a caminho de fechar as portas, o que é interesse da especulação imobiliária. Setores e serviços de suma importância para os idosos estão sendo sucateados. Funcionários terceirizados, chegam a ficar três meses sem salários. Empresas prestadoras de serviços abandonam suas atividades também por falta pagamento. A direção apenas diz que é por causa da Crise no Estado, mas não explicam para onde vai a verba federal de 642.000,00 repassados mensalmente pelo MDSA especificamente para manutenção do Abrigo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A luta dos servidores filiados ao SINDISEP/RJ contra o desmonte e



fechamento do Abrigo tem sido fundamental. No dia 28/02/2018, o diretor do Sindisep/Rj Carlinhos, fazendo parte da mesa como representante do Fórum PNEIRJ, reafirmou todas as denúncias encaminhadas pelo CEDEPI ao Ministério Público, além de relatar com detalhes as mortes trágicas de idosos residentes.

A promotora, Christiane Branquinho, informou que foi feito um relatório da situação do Abrigo que não agradou. Representando a Secretaria de Vigilância Sanitária

Simone Braga, informou que encontraram muitas irregularidades no Abrigo.

VETOS DO PEZÃO

O Sindisep/RJ esteve presente com seus diretores para derrubar o veto da emenda 697 do deputado Márcio Pacheco que destina 5% do orçamento para a Assistência Social. Absurdamente este desgoverno vem aplicando apenas 0.35% do orçamento. O veto covarde deste sujeito impede que as instituições públicas que cuidam de idosos e

deficientes, saia do estado crítico em que se encontram.

A LUTA EM DEFESA DO ABRIGO

A Comissão de Representação para Acompanhar e Assegurar os Direitos Sociais da Pessoa Idosa da ALERJ, visitaram o Abrigo do Cristo Redentor no dia 16/03. Não gostaram nada do que viram e ouviram. Na reunião da comissão do dia 27/03 com a presença de representantes de vários municípios, ficou claro nas falas que a população idosa e os Abrigos Rio estão abandonados pelo governo Pezão.

MP/RJ CONTRA PEZÃO

A perda do cargo em função de Pezão por não ter investido os 12% do orçamento na área de saúde como determina a lei de responsabilidade fiscal, é muito pouco. Considerando principalmente as mortes das pessoas todos os dias nas portas e corredores de hospitais sem atendimento e de idosos em Abrigos por omissão e negligência do Estado, este sujeito tinha que ser incriminado e preso.

O assassinato de Marielle e Anderson

O assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL, e de Anderson Pedro Gomes tem claros indícios de se tratar de um crime político, que visa a intimidar os setores progressistas da sociedade que denunciam os crimes da Polícia Militar e dos governantes de plantão.

Possui enorme simbolismo, uma vez que ocorreu no mês das mulheres, poucos dias após a comemoração do Dia Internacional de Lutas da Mulher Trabalhadora, em 8 de março, no qual mulheres de todo o mundo cruzaram os braços contra o machismo e toda forma de preconceito.

Marielle e Anderson foram assassinados poucos dias antes do aniversário de 50 anos da morte do estudante Edson Luiz por Policiais Militares no restaurante Calabouço, no

centro do Rio, naquele 28 de março de 1968, um dos eventos que marcam o recrudescimento da repressão policial e militar contra movimentos populares.

Mais do que um brutal assassinato, é claro o conteúdo político desta ação, que silenciou uma jovem e brilhante liderança do campo popular e progressista, mas que cujo exemplo persistirá para todos nós.

Nós do SINDISEP/RJ acreditamos que tais fatos não devem ser tratados como isolados e não podem ser negligenciados e apenas a unidade dos setores progressistas da sociedade será capaz de barrar o retorno a barbárie. Toda nossa solidariedade aos parentes, amigxs e companheirxs de luta de Marielle e Anderson!



Parceria garante atendimento jurídico a filiados do Sindisep

Através de uma grande parceria celebrada entre o SINDISEP RJ e o BMM advogados, a categoria agora conta com serviços jurídicos dedicados ao atendimento dos funcionários públicos filiados ao sindicato.

Além de orientação jurídica e propositura de ações para resguardar interesses coletivos e individuais da categoria na área trabalhista, os associados contam com atendimento jurídico individual em todas as áreas.

Os associados poderão se dirigir ao plantão semanal na sede do SINDISEP RJ, ou agendar data para atendimento no escritório, de segunda à sexta-feira, no horário de 09:00 às 17:00h, através dos telefones (21) 3179-1003/1004 ou e-mail: atendimento.sindisep@bmfadv.br, de acordo com disponibilidade de vagas.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Nossa equipe está preparada para uma forte atuação em ações coletivas promovidas por entidades sindicais na qualidade de substituto processual. Seja para o acompanhamento das ações em todas as instâncias, seja para a execução trabalhista em grupos. A experiência de ações coletivas, visando a proteção do interesse coletivo, exige equipe bem preparada para o seu manuseio, de modo a obter o melhor resultado no menor tempo possível em ações como: Mandados de Segurança coletivo, Ação de cumprimento, Ação na condição de substituto processual, Ação civil pública e ação civil coletiva, Execução coletiva ou por grupos homogêneos, etc.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Nas relações de trabalho o papel da advocacia trabalhista é fundamental. Muitos direitos nasceram da interpretação judicial. Outros precisaram ser reafirmados pela Justiça para que fossem reconhecidos. Nesse sentido nossa equipe está habilitada plenamente na defesa dos interesses de seus clientes, em: Ações judiciais, Pareceres e Orientações para a melhor conduta no que se refere a esse ramo do Direito.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A Previdência Social e a defesa de interesses perante a mesma tem seu espaço na nossa equipe. A busca de reconhecimento de direitos previdenciários, como afastamentos, benefícios, aposentadorias



e as próprias revisões de valores tem sido uma constante realidade, na qual atuamos regularmente: Concessão de benefícios previdenciários (auxílios doença, acidentários, auxílio-acidente), Conversão de benefício previdenciário do auxílio doença para auxílio doença motivado por acidente de trabalho, Concessão de aposentadorias por invalidez decorrente de acidente de trabalho, Revisões dos valores de benefícios previdenciários.

CÍVEL EM GERAL

Compreende a propositura e defesa dos interesses do cliente em ações de indenização, de cobrança, revisional de contrato e demais questões de natureza cível, como ações revisionais, indenizatórias, possessórias, etc.

CONSUMIDOR

Compreende a propositura e defesa dos interesses do cliente em ações de Direito do Consumidor, como: Ação de reparação/indenizatória em decorrência de vícios em produtos ou serviços, Ações contra cobranças indevidas de serviços, empréstimos, contribuições associativas

não contratadas, Ações contra planos de saúde, instituições bancárias, concessionárias de serviços públicos, dentre outros.

DIREITO DE FAMÍLIA

Compreende a propositura e defesa dos interesses do cliente em ações de Direito de Família, como: Ações de Divórcio, Divórcio extrajudicial, Partilha, Revisional de Alimentos, Concessão/ Exoneração de Alimentos, Regulamentação de visitas, Alienação Parental, Interdição, Adoção, Investigação de Paternidade.

TRIBUTÁRIO

Disponibilização de consultas de legislação tributária; análise do enquadramento da atividade e tributação aplicável; defesa ou propositura de ações tributárias, incluindo o oferecimento de Exceção de Pré-Executividade e/ou Embargos à Execução; acompanhamento dos processos administrativos, defesa em execuções fiscais que cobrem anuidades de conselhos, imposto de renda, etc

IMOBILIÁRIO

Orientação integral sobre legislação,

jurisprudência e doutrina aplicáveis; levantamento de certidões em geral; assessoria para eventual aquisição ou alienação de imóveis; assessoria para registro de documentos no Oficial Registro de Imóveis, bem como a propositura e defesa em ações judiciais envolvendo direitos de propriedade, posse, usufruto, enfiteuse, de servidão, questões de condomínio, direito de vizinhança e etc.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Compreende a propositura e defesa dos interesses do cliente em ações de Direito Administrativo, como: Ações de cobrança de diferenças remuneratórias decorrentes de desvio de função no serviço público, Ação de cobrança de exercícios anteriores/ ou de restos a pagar, Ação para concessão, revisão ou manutenção de adicional de insalubridade, Ações de cobrança de diferenças remuneratórias, Ações de revisão de proventos/aposentadoria, Ação para conversão/ contagem de tempo especial, Ação para concessão de aposentadoria especial, Ação de revisão/ cobrança de diferenças devidas à título de capacitação/progressão funcional, Ação de cobrança indevida de diferenças de IRPF, Ação de cobrança indevida de diferença de PSS, Atuação em processos administrativos, Ação indenizatória decorrente de práticas de Assédio Moral, dentre outras.

EXTRAJUDICIAL

Elaboração e revisão de documentos, elaboração e distribuição de notificações extrajudiciais em geral, etc

SINDISEP/RJ propõe ação contra aumento arbitrário da GEAP

Os Servidores públicos, seus dependentes e agregados, beneficiários do plano de saúde GEAP - Autogestão em saúde, sofreram com um abrupto aumento em suas mensalidades, na contramão do percentual estabelecido pela ANS- Agência Nacional de Saúde Suplementar que, apesar de não ter o controle sobre o reajuste aplicado aos planos de saúde coletivos estipulou índice de correção para os planos de saúde individuais, bastante inferior ao aplicado pela GEAP.

O Judiciário está enfrentando o tema, e já

há diversas decisões afastando o aumento arbitrário imposto pela GEAP. Entretanto, essas decisões não são extensivas a todos os servidores públicos, havendo necessidade de interposição de ações específicas.

Note-se que a posição do Judiciário não é impossibilitar aumento da mensalidade do plano de saúde, eis que o aumento pode ser feito pela operadora de acordo com as variações do mercado e na forma do contrato estabelecido pelas partes, mas sim limitar a aplicação de

índices desarrazoados, que põem em risco inclusive a subsistência dos servidores e sua continuidade nos planos.

Diante desse cenário, agravado pela retração econômica vivenciada pelo nosso país, o SINDISEP/RJ informa que o departamento jurídico da Entidade está recebendo os seus associados, mediante agendamento através dos telefones 3179-1003 e 3179-1004, visando a análise de cada caso, e interpondo as ações judiciais objetivando afastar o aumento arbitrário imposto pela GEAP .

Um março de luta por todas elas

O 8 de março é comemorado historicamente pelos movimentos populares como o Dia Internacional de Lutas das Mulheres Trabalhadoras, homenageando uma greve que ocorreu em Nova Iorque, EUA, no ano de 1857, quando trabalhadoras de uma fábrica de tecidos cruzaram os braços para reivindicarem melhores condições de trabalho, redução na carga diária de trabalho para dez horas (a jornada era de 16 horas de trabalho diário), equiparação salarial com os homens (recebiam até ¼ do salário de



“Sem nós, o mundo para!”

O 8 de março foi marcado por protestos em cerca de 170 países, mas na Espanha houve muito mais. “Sem nós, o mundo para” foi o grito de guerra que pintou o país de violeta, tonalidade oficial do movimento, que teve apoio crucial dos sindicatos de classe. A Greve Geral de Mulheres teve impacto em

todos os setores da economia, desde os transportes e saúde e à própria comunicação social, em um dia histórico.

O protesto estende-se às mulheres que trabalham sem salário, ocupando-se de tarefas domésticas e do cuidado dos filhos nas suas próprias casas, dando sequência a um apelo feito pelas

redes sociais. Mulheres, donas de casa, muitas vezes invisíveis nas estatísticas, também cruzaram os braços e “penduraram seus aventais” demonstrando de que se encontram em greve.

As nossas irmãs espanholas apontaram o caminho neste 8M de 2018 e acreditamos que devemos seguir-lhes

um homem) entre outras bandeiras.

Claro que seus patrões não aceitavam, como ainda hoje não aceitam, negociar com suas trabalhadoras, reduzindo suas gordas margens de lucro. Chamaram a polícia e provocaram uma catástrofe. Trancaram-nas dentro da fábrica, a qual acabou incendiada, matando cerca de 130 mulheres. A partir daí, o dia 8 de março passou a ser marcado por grandes protestos em todo o mundo, sendo um dos estopins da Revolução Russa de 1917.

o exemplo e nos prepararmos para cruzar os braços, convocando nossos companheiros à luta, seja no próximo 8 de março, seja em qualquer movimento que lute contra o machismo e em defesa dos direitos de todos os trabalhadores.

Igualdade de fato e não só no papel!

O que nós mulheres exigimos não são privilégios, mas sim respeito e direitos de fato iguais. Exigimos isso para todas nós e por todas aquelas de nós que já se foram, mas que jamais serão esquecidas!

Olga Benário, Claire Lacombe, Pauline Léon, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Dolores Ibarruri, Clara Campoamor, Alexandra Kollontai, Chris Harman, Nadezda Krupskais, Jenny Marx, Josina Muthemba Machel recusaram-se a incorporar o estereótipo de fragilidade e submissão feminina de seu tempo, dedicando suas vidas a luta popular e a igualdade real entre homens e mulheres.

Por mais que elas tenham conquistado, ainda há muito a ser feito. Por isso prosseguimos lutando por salários iguais, direitos reprodutivos plenos, creches públicas, planejamento familiar e igualdade de fato.

Seguimos combatendo o machismo, a discriminação no trabalho, o assédio moral e sexual, a cultura do estupro,

violência doméstica e toda a forma de opressão, pois mesmo quando somos vítimas de crimes, somos acusadas de sermos nossas próprias algozes.

Sofremos violências físicas, morais e econômicas de toda ordem. Somos vítimas de assédios de todo tipo, não raro, desde a infância. Quando abusam de nossos corpos, chegam a dizer que a “culpa” está em nossas roupas ou jeito de ser... Não acreditem! A culpa está no velho preconceito, mas novos tempos trazem novas ideias, trazem mudanças, ainda que pequenas, mas que se consolidam dia após dia.

Já avançamos muito desde aquela greve de 1857, mas precisamos avançar ainda mais! Precisamos ampliar nossa participação política, seja no parlamento, no governo, em partidos políticos e principalmente em nossos sindicatos de classe, cujos espaços precisamos ocupar para nos fazermos ouvidas, não como uma concessão, mas sim como um direito.

